

Sumário Executivo de Medida Provisória

Medida Provisória nº 1.208, de 2024.

Publicação: DOU de 28 de fevereiro de 2024.

Ementa: Revoga dispositivos da Medida Provisória nº 1.202, de 28 de dezembro de 2023.

Resumo das Disposições

A Medida Provisória (MPV) nº 1.208, de 2024, revoga os arts. 1º a 3º, as alíneas “b”, “c” e “d” do inciso II do *caput* do art. 6º e os Anexos I e II da MPV nº 1.202, de 2023, dispositivos esses que versam sobre a reoneração da folha de pagamentos do setor privado.

Assim, são retiradas do escopo da MPV nº 1.202, de 2023, as alterações sobre o formato atual da desoneração do setor privado – recentemente prorrogado, até 31 de dezembro de 2027, pela Lei nº 14.784, de 27 de dezembro de 2023¹. Destaca-se que essas mesmas alterações foram reencaminhadas ao Congresso Nacional na forma do Projeto de Lei nº 493, de 2024², que tramita sob o regime de urgência do § 1º do art. 64 da Constituição Federal.

Por outro lado, a MPV nº 1.208, de 2024, não revoga a alínea “a” do inciso II do *caput* do art. 6º da MPV nº 1.202, de 2023. Dessa forma, a partir de 1º de abril de 2024, a alíquota da contribuição previdenciária patronal dos Municípios retorna a 20%, não mais subsistindo o patamar minorado de 8% instituído pela Lei nº 14.784, de 2023.

¹ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114784.htm>. Acesso em: 28/02/24.

² Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2418928>>. Acesso em: 28/02/24.

Por fim, registra-se que não foram alterados os dispositivos da MPV nº 1.202, de 2023, referentes ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e à instituição de um limite para compensação de créditos tributários decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.

A apresentação de emendas à MPV nº 1.208, de 2024, poderá ser realizada de 28/02/2024 a 05/03/2024³.

Brasília, 28 de fevereiro de 2024.

Leandro Lyra Braga Dognini
Consultor Legislativo

Ricardo Alan Barros Assunção
Consultor Legislativo

³ Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/162248>>. Acesso em: 28/02/24.